

Comissão quer CPI sobre venda da Vale

BRASÍLIA — A Comissão Externa da Câmara dos Deputados, criada para examinar os termos do processo de desestatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), decidiu, ontem, requerer a instauração de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) para apurar suspeitas de irregularidades na privatização.

Segundo o presidente da Comissão, deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), "caso seja difícil convencer o Senado, não tenho dúvidas que conseguiremos instaurar uma CPI só na Câmara".

Parlamentares de diversos partidos, que fazem parte da Comissão Externa, já estão colhendo as assinaturas necessárias, no Congresso, para a aprovação do requerimento e conseqüente votação em plenário para a constituição da CPI.

A deputada Socorro Gomes (PC do B-PA) elaborou o texto do pedido, aprovado pelos deputados Tuga Angerami (PSDB-SP); Antônio Brasil (PMDB-PA); João Fassarella (PT-MG); Jair Bolsonaro (PPB-RJ); e Raul Belém (PFL-MG), além de Miro Teixeira.

As denúncias mais graves que a Comissão recebeu, segundo Teixeira, foram as ligações da empresa Merryl Lynch (empresa consultora do BNDES) com a Anglo American, uma das prováveis

concorrentes; a sonegação de informações e dados da consultora sobre o valor das jazidas de urânio da CVRD; e a desconsideração dos 160 mil quilômetros quadrados (quatro vezes o tamanho do estado do Rio de Janeiro), documentados, que a CVRD possui na Amazônia Legal.

"Temos elementos mais que suficientes para embasar a instauração da CPI e só com ela poderemos convocar as pessoas envolvidas", explica o parlamentar, acrescentando que, enquanto Comissão Externa, os deputados chegaram ao limite das investigações. "Não conseguimos fazer mais nada, por só poder convidar, na Externa, mas o relatório que elaboramos junto com especialistas da área contém denúncias gravíssimas que terão que ser apuradas pelo Congresso", ressalta Miro Teixeira.

Tanto Teixeira como Sérgio Carneiro (PDT-BA) revelaram que o relatório, elaborado pela Comissão em conjunto com 24 especialistas da Coordenação de Professores de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) e da Universidade de Campinas (UNICAMP), tem mais de 50 páginas que relatam as irregularidades e os principais destaques foram citados no requerimento da CPI.

JB 13.3.97 P.18